



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA
CIMAM nº23/2024

1. REQUISITANTE

Atividades administrativa do CIMAM

2. RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA PARA FORMALIZAÇÃO

Secretária Executiva - Solange do Amaral Muller.

3. OBJETO

O objeto desta dispensa de licitação é a aquisição e instalação de quatro persianas, para atender a necessidade do departamento do licenciamento ambiental.

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A presente aquisição se justifica pela necessidade de instalar persianas nas janelas da sala onde se acomodam os funcionários do setor de licenciamento ambiental. Este setor requer condições adequadas de trabalho, incluindo controle da luminosidade. A aquisição das persianas visa garantir um ambiente de trabalho adequado e funcional, contribuindo para a produtividade e bem-estar dos funcionários, além de proteger o patrimônio do consórcio, evitando danos causados pela exposição contínua ao sol.

5. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Não tem como demonstrar previsão de contratação, diante do fato de que o CIMAM não possui Plano de Contratações Anual publicado.

6. EXPECTATIVA DE RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

Assegurar um ambiente de trabalho adequado e funcional, promovendo a produtividade e o bem-estar dos funcionários, além de proteger o patrimônio do consórcio, evitando danos causados pela exposição contínua ao sol.

7. VALOR ESTIMADO

Tendo como base a pesquisa de preços realizada com empresas comercializam os seguintes itens citados acima, estima-se o valor de R\$ 1.078,92 (mil reais e setenta e oito reais e noventa e dois centavos).



8. PREVISÃO DA DATA DE DISPONIBILIDADE

A entrega será realizada e disponibilizada no prazo estimado de até 15 dias.

9. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Termo de Referência e Pesquisa de Preços:

Carolina Mazzuco Borges, matrícula 07

e-mail compras@cimam.sc.gov.br

São Lourenço do Oeste, 04 de Junho de 2024


Solange do Amaral Muller
Secretária Executiva

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.